
Valdei Lopes de Araujo

Professor no Departamento de
História da Universidade Federal de
Ouro Preto

SLEMIAN, Andréa

Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824).

São Paulo: Hucitec, 2006. 283p.

Poucos temas desafiam tanto o historiador quanto aqueles ligados ao que o seu presente reivindica como origem. Estudar o processo de Independência sem naturalizá-lo como o grau zero da nacionalidade e, ao mesmo tempo, evitar as armadilhas de um olhar muito distanciado, que torne exótico aquilo que ainda reconhecemos em nós mesmos, foram os extremos entre os quais soube situar-se o livro de Andréa Slemian.

É preciso dizer que a autora foi hábil em beneficiar-se do imenso avanço da historiografia sobre o tema na última década. Resultado da reformulação e ampliação de sua dissertação de mestrado defendida na USP em 2000, este livro apresenta ao leitor uma síntese das transformações sociais e políticas vivenciadas no Rio de Janeiro entre 1808 e 1824. Em resumo, o trabalho ficaria bem caracterizado como uma tentativa de explicar a invenção da política em termos liberais modernos como o novo vetor a organizar os conflitos no Estado que emerge pós-1822.

A narrativa está dividida em duas partes que se apresentam como uma proposta de periodização. A primeira começa em 1808 e termina em 1820, quando inicia o segundo recorte, interrompido, mas não encerrado, em 1824. O livro abre analisando as rápidas transformações na vida urbana provocadas pela chegada da Corte. A autora entende esse processo através da idéia de peregrinações, desenvolvida originalmente por Benedict Anderson para explicar a convergência regional de fluxos de bens simbólicos e materiais. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro teria iniciado um conflito com o centro competitivo em Lisboa, reforçando o sentimento de adesão ao Império e ao Trono por parte dos súditos americanos no centro-sul. As contradições que essa alteração das rotas de peregrinação provocaram resolver-se-iam apenas com o processo iniciado em 1820. Justamente nesse ponto inicia a segunda parte do livro, que mostra os reordenamentos da cultura política com a transformação do Rio de Janeiro em centro do novo Império.

Entre os capítulos 2 e 4, que formam o cerne da primeira parte, um conjunto amplo e diversificado de fontes é mobilizado para formar o quadro em movimento que representa a conjuntura na nova Corte a partir de 1808. A leitura desconfiada dos viajantes e demais testemunhos do período ajuda a compor as diversas dimensões das relações conflituosas entre a cidade e a Corte transplantada. Para além da visão dos progressos materiais celebrada nos relatos mais otimistas surge o caráter hesitante e ambíguo daquele momento de crise. É assim que, ao estudar a criação da Intendência de Polícia, a autora mapeia o esforço do Estado em controlar as novas e não tão novas formas de sociabilidade e apropriação do espaço articuladas pelos entrudos, salões, encontros no teatro, eventos comemorativos e pelas praças de comércio.

A amplitude das competências do novo órgão parecia refletir as ambigüidades na compreensão das transformações vivenciadas no tecido urbano. A mescla das matrizes discursivas liberais com formas ligadas ao Antigo Regime produziu um quadro de incertezas quanto aos valores e

comportamento legítimos. Os agentes do Estado multiplicavam os conflitos ao tentarem, a cada situação, redefinir os limites do decoro.

A nova dinâmica da sociabilidade urbana, inclusive com a maior presença e controle dos agentes do Estado, convivia com o ritmo mais lento das transformações nos espaços de intimidade, produzindo uma grande área cinza entre as competências e obrigações dos agentes estatais e dos proprietários domésticos. A própria ação da Intendência de Polícia passaria por transformações ao longo da década, mas se manteria em torno do tripé civilidade, segurança pública e controle dos cidadãos (p. 74). No lugar de pensar as permanências de Antigo Regime como algum tipo de ruído a ser superado progressivamente, a autora prefere entender a indissociabilidade entre rupturas e continuidades como umas das marcas constitutivas do reformismo ilustrado português.

A politização das diversas esferas de sociabilidade é apontada como a direção não linear do processo aberto em 1808. A criação e ampliação de bibliotecas e espaços de leitura é apenas um dos sintomas dessa expansão de um novo tipo de espaço público ligado à sociedade civil. Esse vetor estrutural, que se poderia chamar de abertura do processo de crítica contra o Antigo Regime, manifestou-se de diversas formas, dentre elas, na multiplicação das queixas e avaliações do Estado e seus agentes por parte dos súditos. O mesmo processo de racionalização que exigia novas formas de controle estatal também estabelecia critérios tendentes à universalização que permitiram ao homem comum compreender-se enquanto agente da crítica e sujeito histórico. Por isso a autora destaca às manifestações de insatisfação produzidas na Corte (p. 83).

Ao acompanhar diversas ocorrências de crimes de opinião na Intendência de Polícia o livro mapeia os limites indecisos da crítica até 1820. Possuir a nacionalidade francesa ou ser oriundo da América espanhola, ler gazetas ou panfletos insidiosos, criticar publicamente o comportamento de um funcionário régio ou ser conhecido como um ilustrado recém chegado da Europa eram situações sujeitas à censura policial dependendo de conjunturas e circunstâncias mais ou menos arbitrárias.

A análise da devassa movida em 1810 contra Francisco Toresão e Manuel Luís da Veiga, os quais se acusavam de conspirar contra o governo, serve de motivo para entender os limites da cultura política sobre a administração joanina no Rio de Janeiro. O primeiro era um funcionário ilustrado e o segundo empresário letrado versado nas teorias econômicas liberais. A leitura da devassa e elementos de suas trajetórias de vida fazem crer que muito provavelmente estavam envolvidos com algum nível de mobilização crítica contra a administração. O fato é que mesmo após serem condenados a penas não muito severas, depois de algum tempo ambos foram reincorporados em graus diferentes ao projeto joanino.

O exemplo de Veiga é paradigmático de como o espaço liberal de crítica foi usado para defender idéias estranhas a doutrina liberal, como pedidos de políticas protecionistas ou de privilégios para empreendimento particulares. Esse episódio nos ajuda a romper com a abstração e rigidez das categorias do pensamento político, demonstrando como a classificação de Veiga como mercantilista obscureceu a complexidade de suas ações (p. 98). O fundamental é que homens como Veiga compreendiam que no novo cenário desejado seus interesses privados deveriam ser tratados como os legítimos interesses públicos, encarando o Estado não mais como o monopolizador do bem-comum, mas como um importante sujeito privado em

uma ordem de interesses conflitantes, um espaço de mediação e não mais o único ator público legítimo. Na análise proposta pela autora, o liberalismo deixa de ser a simples aplicação de um receituário de idéias e torna-se a categoria para se referir a um conjunto extremamente complexo de transformações históricas.

Do texto da devassa, completamente transcrito em anexo ao final do livro, a autora conclui que os réus não entendiam ser criminoso a crítica a certas ações do governo, o que parecia confundir uma polícia que em outras situações teria considerado uma falta grave a mais leve ironia. (p. 103). O espaço da crítica era a cada caso avaliado a fim de conter a sua tendente universalização, por isso a mesma crítica caracterizava um crime ou não dependendo do ator e do espaço no qual era formulada. As queixas feitas nas ruas e aquelas sussurradas nas esferas de segredo eram igualmente perigosas, pois avançavam no espaço do Estado ou fugiam completamente ao seu controle. A boa crítica deveria limitar-se social e espacialmente aqueles canais legitimados, embora o contexto de crise denunciasse justamente o seu descontrole e a tendência à ampliação dos espaços nos quais era possível exercê-la.

A segunda parte do livro acompanha o agravamento da crise e a agitação política no Rio de Janeiro após o movimento constitucionalista do Porto. O primeiro capítulo dedicado ao novo período trata da estratificação social dos grupos políticos envolvidos com os acontecimentos no Rio de Janeiro, em especial aqueles com interesses comerciais enraizados na cidade e na região e, de outro lado, os europeus e comerciantes de grosso trato. A autora conclui que "é um erro acreditar que o Movimento de Independência foi fruto de um 'nacionalismo brasileiro', quando ele verdadeiramente foi movido pelos interesses das elites do Centro-Sul temerosas em perder seus poderes políticos recém conquistados" (p. 132). Fica claro que o nacionalismo não foi a força política fundamental naquela conjuntura, nem mesmo em sua figuração nativista; mas que a ampliação do espaço político a partir de certo entendimento das práticas liberais foi fundamental para radicalizar o processo de crítica que levou ao colapso do projeto de unidade do Império português.

O capítulo 6 apresenta um interessante contraste com o cenário descrito na primeira parte do livro. A esfera pública hesitante amplia-se enormemente com o agravamento da crise, multiplicam-se os panfletos, jornais e livrarias que serviram como veículos para o debate dos assuntos do Estado, agora considerados como de interesse quase obrigatório para o cidadão constitucional. A crítica aos governos absolutistas, que antes eram tímidas e indiretas, tornam-se um lugar comum na imprensa, fazendo inclusive que o termo absolutista passe a ser utilizado nas mais diversas situações sociais. Os negócios do Estado são agora publicizados por diversos veículos de imprensa, desmontando a opacidade da razão de estado tido como prerrogativa do rei e seus funcionários. Esse fenômeno é apenas um exemplo da rápida transformação dos vocabulários políticos, como que catalizados pela ruptura que representa o movimento constitucionalista. Outro exemplo interessante destacado pela autora é o que ocorre com o conceito de independência: "Se antes de 1822 ele se referia à igualdade política perante Portugal, com a manutenção da união entre as partes do Império, nesse ano o vocábulo passa também a significar separação definitiva, a partir do momento em que essa alternativa passa ser cogitada como viável". (p. 143)

A explosão da crítica alimentava a crise, e vice-versa. A aceleração do processo chocava-se com a falta de instituições mediadoras e mesmo a inexperiência dos grupos que disputavam a opinião pública e o poder. A imprensa, cujos controles foram afrouxados, era tida como a grande libertadora dos povos, mas não estava livre de imensos abusos e da manipulação. Falsas cartas aos leitores, artigos anônimos, boatos, calúnias e rusgas pessoais eram fartamente divulgados na guerra dos panfletos, representações, manifestos e artigos. Aos abusos da imprensa não raro se seguiam os abusos do governo, que utilizando os critérios mais incertos perseguiu jornalistas e editores, além de fechar jornais ligados a grupos rivais daqueles que detinham provisoriamente o controle da máquina do Estado.

Era comum a percepção pelos contemporâneos da imaturidade dos cidadãos para o novo jogo político de um regime constitucional, por isso jornais e panfletos assumiam as mais diversas estratégias de formação cidadã, naquilo que a autora denomina como a "didática da política" (p. 152). Certo é que a imaturidade foi sempre identificada no outro, no rival, nunca naquele que se arrogava o estatuto de ilustrado e conhecedor do bem público.

As palavras de Fernandes Pinheiro oferecem um lampejo excepcional da situação política que Andréa Slemian descreve no capítulo 7: "[...] nos cafés e nas lojas de mercadores da Rua Direita e Quitanda (os quais são hoje o teatro da mais desenfreada liberdade de falar) observo, que bem longe de os espíritos se aquietarem, vão entrando em uma efervescência tanto mais difícil de reprimir quanto são desvairados os motivos que cada um tem para viver em penoso desassossego, incerto da fortuna que o espera na nova ordem das coisas que pela retirada de S.M. se vai estabelecer" (p. 158). Além das elites, também as camadas menos favorecidas da população foram contaminadas pela politização geral e manifestaram-se das mais diversas formas para desespero daqueles que tinham a função de manter a ordem, mesmo quando já não se tinha clareza dela. Essa contaminação ameaçava constantemente degenerar em tumultos, como os que no dia 21 de abril de 1821 ficaram conhecidos como "acontecimentos da Praça do Comércio".

A Intendência de Polícia encarava mesmo as manifestações orais mais vagas advindas desses setores populares como uma séria ameaça. Em um contexto de criação e ampliação de uma nova concepção de público as palavras ganhavam significado político, eram disputadas, suas definições e escolhas assumiam as marcas da identidade política. Na multiplicação dos projetos no momento de crise cada frase tinha o potencial de provocar explosões. As palavras tornavam-se conceitos, pois imaginavam que através de suas definições se configuraria o novo modelo de sociedade que todas imaginavam substituiria a velha ordem em ruínas.

É nesse jogo político que as identidades ganharam nova configuração, não como um processo de amadurecimento de alguma essência histórica a desenvolver-se desde a colônia (p. 166). Claro que isso não significa a inexistência de conflitos ou diferenças entre europeus e americanos, mas apenas que elas operavam dentro de outros registros que não aquele do nacional ou que não possuíam o mesmo espaço para tornarem-se centros de articulação da prática política. O livro mostra que até 1820 predominou o sentimento de pertença ao Império português, mas que os acontecimentos que seguem a ruptura provocada pelo movimento constitucionalista incrementam a busca de novas formas de identificação. Ao longo de 1821

as expressões "portugueses brasileiros" e "portugueses europeus" ganham cada vez mais centralidade no jogo político, bem como se acirram os conflitos e casos de prisão de portugueses. Mesmo assim, a autora conclui que seria precipitado afirmar que às vésperas da Independência haveria uma definição de brasileiro dissociada ou antagônica ao ser português (p. 171).

No último capítulo são apresentadas as redes de sociabilidades políticas funcionando em pleno e aberto conflito pelo controle do Estado. As prisões arbitrárias continuam limitando o exercício da opinião, variando apenas o tipo de opinião considerada criminosa. A fraca institucionalização da nascente esfera pública mantinha os espaços de segredo, como a maçonaria e clubes, no centro da atividade política. Os conflitos entre o grupo dos Andradas, alinhados no Apostolado, e o de Gonçalves Ledo, no Grande Oriente, são os exemplos maiores das práticas comuns nessa nova cultura política, bem como seus efeitos colaterais.

Analisando a devassa movida por Bonifácio contra o grupo de Ledo, a autora afirma ser este último mais liberal, o que não impedia a definição de alguns pontos de consenso entre eles, como a defesa da autonomia do Brasil em relação a Portugal, a centralidade do Rio de Janeiro e a constante preocupação com a manutenção da ordem social. Esse último ponto é bem exemplificado pelo resultado da devassa movida contra o soldado José Porto Seguro. A exemplo da representação que havia circulado em 1821 pedindo o retorno de José Bonifácio ao ministério, o soldado decidiu-se pelo mesmo procedimento quando do segundo afastamento do ministro em 1822. Mandou imprimir anúncios em que marcava hora e local para o povo ir assinar a representação e pressionou seus companheiros de farda a assiná-la. Denunciado, foi condenado a morte por traição, tendo a pena sido depois convertida em trabalhos forçados. Diferentemente de Veiga e Toresão, membros da elite que sabiam circular suas críticas pelos espaços autorizados, o simples soldado representava o risco de convulsão social que precisava tanto ser evitado.

O livro de Andréa Slemian mostra que as elites brasileiras estavam profundamente conscientes do caráter corrosivo do processo de crítica montado contra o Estado. As profundas hesitações do movimento e seu excesso de zelo para sufocar qualquer tentativa de radicalização da crítica revelavam uma profunda percepção dos limites da situação social herdada do período colonial. A constante reflexão sobre as conseqüências da Revolução Francesa parece ter despertado nessas elites a consciência das relações perigosas entre crítica e crise, servindo a ameaça da última como elemento mitigador da primeira, constituindo assim traço peculiar da cultura política à época da Independência no Rio de Janeiro.

Recebido para publicação em fevereiro de 2007

Aprovado em fevereiro de 2007